

ano 16 - n. 47 | julho/dezembro - 2022
Belo Horizonte | p. 1-427 | ISSN 1982-1921
Direitos Fundamentais & Justiça

DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA

Revista do Programa de Pós-Graduação,
Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS

Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça
Revista Brasileña de Derechos Fundamentales y Justicia
Brazilianische Zeitschrift für Grundrechte und Gerechtigkeit
Brazilian Journal of Fundamental Rights and Justice
Rêvue Brésillienne de Droits Fondamentaux et Justice
Rivista Brasiliana di Diritti Fondamentali e Giustizia

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Nota Editorial	15
Editorial	17

DOCTRINA ESTRANGEIRA

A regulação de grandes plataformas da internet no Direito da União Europeia: as propostas da Comissão para um *Digital Markets Act* e um *Digital Services Act*

Martin Nettesheim	21
1 Introdução e visão geral	21
2 A regulação do poder de mercado: o <i>Digital Markets Act</i>	24
2.1 Competência	24
2.2 Estrutura básica	25
2.3 Objetivos e regulações da conduta operacional	26
2.3.1 Objetivos do legislador	26
2.3.2 Eficiência	27
2.3.2.1 Necessidade da distinção de mercados diferentes	28
2.3.2.2 Regras de conduta sobre a asseguaração de eficiência	28
2.3.3 Equidade	29
2.3.4 Transparência suficiente	30
2.3.5 Defesa suficiente do consumidor	31
2.3.6 Exceções	31
2.4 Ônus de avaliação jurídica e de execução dos <i>gatekeepers</i>	32
2.5 Concretização, evolução e execução das regras de conduta	32
2.6 Avaliação	33
3 A garantia de segurança do mercado: o <i>Digital Services Act</i>	34
3.1 Objetivos e esfera de aplicação	34
3.2 Regulações materiais	36
3.2.1 Forma de lidar com conteúdos reais ou supostamente ilegais	36
3.2.1.1 Normas institucionais de caráter geral	36
3.2.1.2 O conceito de ilegalidade	37
3.2.2 Sistemas de gestão de risco	38
3.2.3 Transparência	40
3.2.4 Responsabilidade civil	42
3.3 Execução institucional	43
4 Avaliação	44
Referências	45

A fundação do Império Alemão há 150 anos e sua importância para a história constitucional da Alemanha

Christian Waldhoff	47
1 Antigo Império	49
2 Confederação Germânica	50

3	Confederação da Alemanha do Norte e fundação do Estado federativo.....	50
4	Fundação do Império.....	51
5	Relativização da distinção entre federação de Estados/Estado federativo no presente – A União Europeia como associação de Estados	53
6	A identidade do Estado alemão.....	53
7	A disputa em torno do ocaso do Império Alemão em 1945	54
8	A questão da relação entre Estado e Constituição do ponto de vista da teoria constitucional e da dogmática jusconstitucional	56
9	Efeito contínuo da Constituição de Bismarck e antítipos	56
9.1	Cultura constitucional – O dia da fundação do Império de 18 de janeiro	57
9.2	Estatalidade federativa/federalismo	57
9.2.1	A construção e seus efeitos subsequentes.....	57
9.2.2	A separação de legislação e execução – O federalismo executivo	58
9.2.3	A Câmara Alta do Parlamento Federal.....	59
9.3	A legitimação do poder estatal e sistema de governo	59
9.4	Direitos fundamentais.....	60
9.5	Teoria do Direito Público.....	60
	Referências.....	62

Constitucionalismo tecnológico

Tommaso Edoardo Frosini	65	
1	El derecho y los derechos en la sociedad tecnológica	65
2	El constitucionalismo en el Siglo XXI	66
3	Los nuevos derechos constitucionales en la era de internet: el derecho de acceso.....	69
4	El derecho a la libertad de expresión.....	71
5	El derecho a la <i>privacy</i>	72
6	El derecho al olvido.....	75
7	La democracia y la sociedad tecnológica	79
8	Internet, la libertad y la ley	83
9	Conclusiones	85
	Referencias.....	87

DOCTRINA NACIONAL

Ativismo judicial e VAR: quem controla o controlador no Estado Democrático de Direito?

Guilherme Antunes da Cunha, Marco Félix Jobim	93	
1	Considerações iniciais	94
2	Da necessária superação do positivismo jurídico no Estado Democrático de Direito: da subjetividade judicial às respostas adequadas ao direito.....	95
3	O Judiciário como controlador no Estado Democrático de Direito? Ou melhor: “devagar com o andor que o santo é de barro”	107
4	Considerações finais	119
	Referências	121

Mínimo existencial no direito alemão e sua aplicação no Brasil

Leonardo Martins, Maria Francimar Carvalho Costa	125	
1	Introdução.....	125
2	Concepção teórica do mínimo existencial por Otto Bachof.....	129
3	O Estado de Bem-Estar Social na Alemanha para a concretização do mínimo existencial	132
4	Construção jurisprudencial do direito ao mínimo existencial nos tribunais alemães	139
5	Fundamentos teóricos do mínimo existencial na doutrina jurídica brasileira	145
6	Recepção do Mínimo Existencial no Brasil	151
7	Compreensão e aplicação do mínimo existencial no STJ e no STF	155
7.1	Abordagens do mínimo existencial em acórdãos do STJ	158
7.2	Abordagens do mínimo existencial em acórdãos do STF.....	160
	Conclusão.....	162
	Referências.....	163

O mito da “ideologia de gênero” como obstáculo à proteção de direitos humanos

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Bruno Santos Arantes Vieira	167	
1	Introdução.....	167
2	Definições semânticas de gênero, orientação sexual e identidade de gênero	171
3	O caso Guzmán Albarracín v. Equador e a violência sexual no âmbito das entidades educativas	174
4	O direito humano de receber uma educação sexual com perspectiva de gênero... ..	178
5	A educação com perspectiva de gênero no continente e a inconvenção omissão brasileira	182
6	Conclusão	190
	Referências.....	191

A tolerância como elemento de convergência entre a cultura indígena e a proteção legal da vida: uma análise do infanticídio indígena em tribos brasileiras

Dirce do Nascimento Pereira, Jorge Sebastião Filho	197	
	Considerações iniciais	198
1	O infanticídio indígena: informações históricas, dados numéricos e suas implicações diante do ordenamento jurídico brasileiro	199
2	Tutela da vida como limitador à tolerância nas práticas culturais indígenas nocivas.....	205
3	A convergência entre a tolerância à diversidade cultural e a preservação do direito humano à vida.....	212
	Considerações finais	217
	Referências.....	219

A dignidade humana é protegida pelo Estado como direitos humanos, direitos fundamentais ou da personalidade? Existem diferenças entre tais direitos?

Dirceu Pereira Siqueira, Raphael Farias Martins	223	
	Introdução.....	224
1	Direitos humanos	225
2	Direitos fundamentais.....	231

3	Direitos da personalidade.....	234
	Conclusão	238
	Referências.....	240

Os Princípios de Empoderamento das Mulheres e a liberdade substancial das mulheres no trabalho: uma análise do caso Natura S.A.

	Marynna Laís Quirino Pereira, Ana Virgínia Moreira Gomes, Anil Verma	245
1	Introdução.....	246
2	Os Princípios de Empoderamento das Mulheres: em busca da liberdade substancial das mulheres	247
3	A teoria do empoderamento e a abordagem das capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum como fundamentos para compreender a conquista da liberdade das mulheres.....	251
4	A relação entre os Princípios de Empoderamento das Mulheres e a abordagem das capacidades para o desenvolvimento das mulheres no trabalho.....	256
5	A Natura S.A. e a implementação dos Princípios de Empoderamento das Mulheres para atingir a liberdade substancial das mulheres no trabalho.....	259
5.1	Aspectos metodológicos	260
5.2	Análise dos dados coletados	261
5.3	Resultados.....	269
6	Conclusão.....	271
	Referências.....	273

O extemporâneo e o inconstitucional da exigência de consentimento do cônjuge para esterilização cirúrgica

	Taysa Schiocchet, Suéllyn Mattos de Aragão, Paola Hakenhaar, Débora Simões da Silva	277
	Introdução.....	278
1	A gramática dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil	280
2	Família e gênero: do planejamento familiar ao planejamento reprodutivo.....	282
3	Condições para a realização de esterilização voluntária na Lei de Planejamento Familiar	284
4	A extemporaneidade jurídica da exigência legal de consentimento conjugal para a esterilização voluntária.....	288
	Considerações finais	294
	Referências.....	297

Human rights' philosophy: Universalism and cultural localism

	Leilane Serratine Grubba, Salete Oro Boff, Mayara Pellenz	303
1	Introduction.....	303
2	Human rights: universalism and culturalism	305
3	Universalism and cultural localism	311
4	Conclusions	314
	References	315

Dimensões da privacidade das informações em saúde no Brasil

	Virna de Barros Nunes Figueiredo, Marcelo Dias Varela	319
1	Introdução.....	319
2	O direito à saúde e as tecnologias na sociedade da informação	321

3	Da proteção jurídica de dados pessoais relacionados à saúde	325
4	A privacidade nas estratégias de saúde digital para o Brasil.....	328
5	Desafios da saúde digital no contexto brasileiro.....	333
6	Considerações finais	339
	Referências.....	341

Acesso equitativo e universal à vacina contra a Covid-19 e licenciamento compulsório: aspectos globais e locais

Anna Gabert Nascimento, Janaína Rigo Santin	345	
1	Introdução	346
2	Direito universal à saúde e desigualdades sociais na pandemia da Covid-19.....	347
3	Licença compulsória (quebra de patentes)	351
4	Propriedade intelectual e quebra de patentes	359
5	Conclusão.....	365
	Referências	366

O todo ou a parte? Direitos, tratados e dissonâncias interpretativas

Roger Stiefelmann Leal	371	
1	Direitos e ordem jurídica	371
2	Constituição e tratados internacionais de direitos humanos.....	373
3	Bloco de constitucionalidade e supralegalidade.....	379
4	Interpretação da Constituição conforme o direito internacional	384
5	Interpretação de tratados na esfera internacional.....	385
6	Interpretação de tratados na esfera constitucional	387
7	Interpretação constitucional dos tratados: especulações a partir de casos concretos.....	390
8	Considerações finais	393
	Referências.....	395

Cookies e publicidade comportamental: uma análise do dever de informação e a relação com a LGPD

Regina Linden Ruaro, Cecília Alberton Coutinho Silva	399	
1	Introdução.....	400
2	<i>Cookies</i> e publicidade comportamental	403
3	Dever de informação no mercado de consumo	410
3.1	Publicidade comportamental e as relações de consumo	410
3.2	Dever de informar no CDC	412
3.3	O uso de <i>cookies</i> e as técnicas de rastreamento colocam em risco a proteção do consumidor?	414
4	Relação entre o CDC e a LGPD	415
4.1	A proteção de dados sob a perspectiva consumerista	415
4.2	Hipóteses de tratamento de dados pessoais para práticas publicitárias.....	416
4.3	Governança de dados e os reflexos para o mercado de consumo	419
	Considerações finais	420
	Referências.....	421

Normas editoriais.....	425
------------------------	-----